

JUVENTUDE E ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS

YOUTH AND HISTORY TEACHING: METHODOLOGICAL CHALLENGES

*Edinalva Padre Aguiar**

*Maria Alessandra dos Santos Aquino***

*Maria Cristina Dantas Pina****

RESUMO

O presente texto resulta de nossas pesquisas, que tiveram como principais sujeitos alunos que se encontram na condição de adolescentes/jovens e visou refletir sobre sua relação com o conhecimento histórico. Apresentamos algumas considerações acerca dessas etapas da vida e sobre como, geralmente, eles são concebidos pela sociedade e pesquisas acadêmicas. Entendemos tratar-se de categorias polifônicas e, aqui, pretendemos expressar e explorar essa polifonia problematizando-as, apresentando uma discussão do seu percurso histórico no Brasil e relacionando-as com os estudos realizados. Defendemos que pensar nessas categorias e nos sujeitos que as compõem não pode se dar em bloco, desprovido de características peculiares. Assim, junto com autores que estudam a temática, concordamos que abordar adolescências/juventudes no plural é o mais adequado por se tratar de fenômeno construído em bases sociais, econômicas, culturais, psicológicas e emocionais complexas, que impactam diretamente na forma como esses sujeitos vivenciam a aprendizagem histórica.

PALAVRAS-CHAVE: *Adolescência. Ensino de História. Juventudes*

ABSTRACT

The present text results from our research that had as main subjects students who are in the condition of adolescents/young people and their relationship with historical knowledge. We present some considerations about these stages of life and how they are generally conceived by society and academic research. We understand that they are polyphonic categories and, here, we intend to express and explore this polyphony by problematizing them, presenting a discussion of their historical path in Brazil and relating them to the studies carried out. We defend that thinking about these categories and the subjects that compose them cannot happen as a block, devoid of peculiar characteristics. Thus, together with authors who study the theme, we agree that addressing adolescences/youths in the plural is more appropriate because it is a phenomenon built on complex social, economic, cultural, psychological and emotional bases, which directly impact the way these subjects experience life historical learning.

* Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Vice-coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História/DH/Uesb. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: edinalva.aguiar@uesb.edu.br.

** Professora da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História/DH/UESB. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: alesaquino@gmail.com

*** Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutora em História da Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp). E-mail: maria.pina@uesb.edu.br

KEY WORDS: *Adolescence. History Teaching. Youths.*

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, as pesquisas educacionais brasileiras, entre elas as do campo do ensino de História, têm voltado o olhar para diversos aspectos que, mesmo guardando relação com o todo social, são produzidos e reelaborados de forma endógena no próprio contexto escolar, como a cultura escolar, os currículos vividos, a violência, o cotidiano, entre outros. Os novos olhares incluem seus sujeitos, sendo que, inicialmente, as análises privilegiavam o professor. Aos poucos isso vem se modificando e o aluno tem passado a constituir também tais estudos.

Esse é o caso de nossas pesquisas, das quais resulta o presente texto, que tiveram como sujeitos alunos do Ensino Médio e que se enquadram no ciclo de vida compreendido como adolescência/juventude. Não havendo consenso acerca da faixa etária que caracteriza esse ciclo, mesmo correndo o risco de arbitrariedade e sem querer nos ater à cronologia, adotamos como marcadores dessa etapa da vida a legislação a ela pertinente. No Brasil, do ponto de vista legal, são consideradas adolescentes aquelas pessoas com idade entre 12 e 18 anos, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente,¹ e jovens, pessoas com idade entre 15 e 29 anos, conforme dispõe o Estatuto da Juventude.² Levando em conta que esse limite etário coincide e inclui também o que outros marcos compreendem como juventude,³ mesmo conscientes das diferenças apontadas pelos estudos das diversas áreas do conhecimento acerca desses dois ciclos de vida, no presente texto utilizaremos como sinônimos os termos adolescência e juventude.

Entendendo essas categorias como constructos forjados a partir do século XIX, tomamos aqui o processo de *adolescere* “em contraposição a uma visão estereotipada de adolescência, marcada por uma leitura naturalizante, universalizante e patologizante” (OZELLA, 2003, p. 9); ou seja, compreendemos que esse período é construído com base nas relações travadas pelos e entre os indivíduos, contrariamente à ideia reinante que prega ser, primordialmente, o momento onde surgem os problemas de identidade, conflitos emocionais e comportamentais ou de protagonismo, ideia concebida dentro de uma linearidade e como se fosse inerente a todos os adolescentes em qualquer tempo e lugar, portanto, não sujeitos a fatores históricos. Essa visão contribui para ratificar desigualdades sociais, culturais, de gênero e econômicas e dissimular os agentes concretos que se formam na e pela realidade.

A compreensão atual da adolescência como período de turbulência e instabilidade foi forjada a partir das ideias apresentadas por Rousseau em *Emílio ou Da Educação* e reforçada por teorias psicológicas e biológicas e suas formas de tratar as mudanças fisiológicas e psicossociais ocorridas nessa faixa etária. Sem levar em conta que os indivíduos constituem e se constituem nas relações recíprocas, que variam de acordo com os diversos contextos históricos, tal período foi naturalizado e as diferenças, assim como

¹ Art. 2º, da Lei n. 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

² Art. 1º, §1º da Lei n. 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

³ Para a ONU, por exemplo, essa fase ocorre entre os 14 e 24 anos, para a OIJ de 10 a 29 anos e para a OMS de 15 a 24 anos.

o fato de que tais relações são carregadas de símbolos e significados próprios dos grupos humanos, desconsideradas. É imperioso destacar que essas ideias nasceram de múltiplos fatores engendrados em uma sociedade que se industrializava e urbanizava, exigindo novos olhares acerca dos seres humanos, seus ciclos de vida, suas perspectivas, formação de valores simbólicos e materiais. Outro aspecto que merece realce é que, de maneira geral, as demarcações definidoras dos cortes etários são construídas muito mais em bases culturais e históricas que biológicas.

Quanto à categoria juventude, Abramo (2008, p. 40-41) elenca alguns atributos geralmente considerados como constituintes do ser jovem, entre eles, a visão dessa etapa como ciclo de transição que liga a infância à vida adulta, quando o indivíduo ainda não se tornou “capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade)”, estando ainda sob moratória social.

Mesmo apontando para essas características como socialmente definidoras da condição juvenil, Abramo (2008, p. 41) defende ser imperioso “lembrar que os conteúdos, a duração e a significação social destes atributos das fases da vida são culturais e históricos, e que a juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada.” Assim, para além dos aspectos simbólicos, entendemos que o fenômeno juventude precisa ser analisado de forma a contemplar dimensões variadas, como o contexto sócio-histórico, econômico, cultural, religioso e político em que o jovem está inserido, além de seu percurso individual.

Trazemos algumas considerações sobre a concepção de adolescência/juventude e do jovem como sujeito social. Estar nessa faixa etária o expõe a várias tentativas conceituais de dimensionar seu lugar na sociedade, sua condição juvenil e sua participação política. O debate acerca da concepção de juventude é profícuo e envolve discursos a partir de várias perspectivas, que visam delimitar, criar critérios e situar o jovem pela idade e outros elementos. Mas esse debate é complexo justamente porque as sociedades mudam e, de cada lugar que se fala e se analisa, aparecem as intencionalidades, motivações, interesses, tensões, que influenciam a concepção de juventude no espaço e tempo. Vários autores já escreveram sobre o tema, trazendo muitas contribuições, que apresentaremos aqui, em breve síntese, sem pretender recuperar a totalidade da discussão.

Feitos esses apontamentos iniciais passamos à reflexão acerca das categorias adolescência/juventude.

O TECER DA TRAMA: DESENHANDO O PERCURSO HISTÓRICO DA CATEGORIA JUVENTUDE

As autoras Silva e Lopes (2009), esclarecem que no Brasil há o uso concomitante dos termos “adolescência” e “juventude” e que, a partir de suas conceituações, surgiram parâmetros para localizar o jovem no mundo (ser e estar), estabelecer direitos e deveres e pensar ações sociais e políticas reivindicadas para o atendimento a esse grupo, sempre visto de forma polêmica, sob a pecha da

estigmatização da delinquência, da imaturidade, da resistência à ação socializadora, adjetivado pelos discursos conservadores, elitistas e discriminatórios. Dessa forma, segundo proposição das autoras,

[...] o debate acerca das concepções dadas à juventude e à adolescência tem sua relevância primordial no fato de que, a partir de suas conceituações, serão retratadas e interpretadas suas formas de ser e estar no mundo, e, ainda, oferece parâmetros para a sociedade na organização, ou não, do cuidado a essas fases da vida, bem como influencia a maneira como são vistos os direitos e os deveres de adolescentes e jovens e quais são as ações sociais e políticas reivindicadas para atender a esses grupos populacionais (SILVA; LOPES, 2009, p. 89).

Juventude é um fenômeno histórico, cultural e social, que ganha mobilidade com as mudanças perpetradas na sociedade. Conceituar juventude é, então, trazer o peso da trama do tempo para sua concepção, sendo, portanto, um conceito plástico, submetido a ganhar a forma que mais se adequar às mudanças e interesses de cada sociedade em seu tempo, em suas construções históricas e em suas particularidades culturais.

A adolescência constituiu-se objeto de estudo científico no final do século XIX, por meio dos estudos da psicologia. Silva e Lopes (2009, p. 89) ressaltam:

O conceito de adolescência deveria ser pensado em relação a um conceito de maturidade, que significaria suplantado com êxito a fase da adolescência, instaurando-se, então, aquela etapa da vida marcada pela independência afetiva e financeira, na qual o indivíduo estaria pronto para construir a sua própria família, para provê-la adequadamente, para produzir rebentos saudáveis e educá-los de maneira satisfatória.

Para alcançar esse fim, Silva e Lopes (2009) enfatizam que tal conceito, formulado pela psicopedagogia, alimentou discursos que apresentavam uma visão dessa etapa da vida como problemática e perigosa, que marginalizava adolescentes e propunham a criação de instituições de vigilância, correição, disciplina, a exemplo da família e da escola, a fim de que educassem e formassem “um sujeito higiênico e disciplinado”, ou seja, “um modelo de homem e de estrutura societária que era produzida, também, para uma ‘nova família burguesa’ centrada na educação dos seus filhos” (SILVA; LOPES, 2009, p. 89).

Nessa perspectiva, Abramo (2007) adverte:

A tematização da juventude pela ótica do problema social é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 2007, p. 79. Grifo da autora)

No início do século XX, outras teorias psicológicas corroboraram tais ideias, uma vez que conceberam “a adolescência como resultado do desenvolvimento que ocorre na puberdade e que leva a uma alteração do equilíbrio psíquico, produzindo uma vulnerabilidade da personalidade” (SILVA;

LOPES, 2009, p. 91). Contrapondo-se a esse entendimento acerca da concepção de adolescência, as teorias sociológicas e históricas privilegiaram o termo “juventude”, entendida, como “resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente, relacionadas com o processo de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais” (SILVA; LOPES, 2009, p. 91).

Nesse sentido, a discussão ampliou-se, e os resultados dos estudos teóricos sobre juventude, apontam para dois caminhos:

O primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; o segundo subsumiria a temática no interior de outras dimensões da vida social, definidas a partir de universos mais amplos e diversificados, especialmente, aqueles derivados das diferentes situações de classes (SILVA; LOPES, 2009, p. 91. Grifos nossos).

O primeiro, a concepção de juventude com ênfase no aspecto geracional, implica que “de um lado as gerações anteriores passam a cuidar e zelar das novas gerações, estas, por sua vez, devem ser capazes de perpetuar e garantir a constituição do mundo tal como se apresenta no presente e, então, arcar com este ônus” (SILVA; LOPES, 2009, p. 92).

Pensar juventude a partir de uma concepção geracional teve sua base no pensamento sociológico no século XIX especialmente com as abordagens teóricas advindas dos filósofos francês Augusto Comte e do alemão Wilhelm Dilthey. No século XX, o filósofo e sociólogo húngaro Karl Mannheim se tornou a referência essencial, nomeado como fundador da abordagem moderna sobre gerações, para a análise da concepção de juventude com base na relação sociologia e história (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 187). Na abordagem sociológica e positivista de Comte,

[...] o tempo social é “biologizado”. De modo semelhante ao organismo humano, também o organismo social é sujeito ao desgaste. Mas, para este, as “partes” podem ser facilmente substituídas: as novas gerações tomarão o lugar das antigas” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 187. Grifo dos autores).

Dessa maneira, o tempo biológico é confundido com o tempo histórico e a história é naturalizada e mecanizada. Os positivistas tentaram estabelecer uma lei objetiva para o ritmo da história a partir do tempo biológico, levando em conta o tempo da duração da vida de um indivíduo, o fator idade e de suas etapas (WELLER, 2010, p. 207).

Na abordagem historicista (histórico-romântica) proposta por Dilthey, o vínculo geracional é fruto das experiências vividas simultaneamente pelas gerações diferentes. De acordo com Feixa e Leccardi (2010, p. 188), Dilthey entende que as

[...] gerações são definidas em termos de relações de contemporaneidade e consistem num conjunto de pessoas sujeitas em seus anos de maleabilidade máxima a influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas). [...] A formação das gerações foi conseqüentemente baseada em uma temporalidade concreta, constituída de acontecimentos e experiências compartilhadas [...] as experiências históricas delimitam o pertencimento a uma geração, porque se fundam na existência humana.

Em sua análise sociológica sobre gerações, Mannheim procura se afastar da análise biológica de Comte e do historicismo de Dilthey. Como sublinha Weller (2010, p. 218-220), Mannheim compreende as gerações a partir de suas relações com o meio social, os sexos, a faixa etária, dentre outros fatores, elaborando uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais, distanciando-se da análise dicotômica de outros autores. Para Mannheim, o que determina o conceito de geração é o fato de que diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diversos em um mesmo período cronológico e, ainda, a mesma experiência histórica compartilhada por grupos de pessoas capazes de influenciar o pensamento e as ações desse grupo, promovendo mudanças sócio-históricas. São várias gerações que atuam em um mesmo tempo, não resultando em continuidade/linearidade. Na abordagem de Mannheim, de acordo com Weller (2010, p. 211),

[...] a noção de situação geracional é ampliada por meio de um exercício analítico, no qual o autor [Mannheim] aponta cinco aspectos que distinguem uma sociedade marcada por mudanças geracionais, tal como as sociedades em que vivemos, de uma sociedade utópica e imaginária: 1. a constante irrupção de novos portadores de cultura; 2. a saída constante dos antigos portadores de cultura; 3. a limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico; 4. a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados; 5. o caráter contínuo das mudanças geracionais.

Nesse sentido, a “constante irrupção de novos portadores de cultura” é considerada relevante para a vida em sociedade, pois traz “vitalidade e dinamicidade” a ela. Ainda que acarrete perdas de bens culturais acumulados, também produz, mesmo que sem intencionalidade, novos conteúdos culturais, revisão e esquecimento daquilo que já não tem utilidade. A “saída dos antigos portadores de cultura” é necessária porque promove e instiga a sociedade à recordação. No aspecto relativo à “limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico”, enfatiza que nascer na mesma época não define posicionamento comum, pois o que caracterizaria essa comunhão entre os nascidos em um mesmo tempo cronológico seria “a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante” (WELLER, 2010, p. 212). Acerca da “necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados” e do “caráter contínuo das mudanças geracionais”, Mannheim ressalta que as gerações não são imóveis e passam por permanente mudanças. Ao mesmo tempo, estão em incessante interação e tensão. Por essa razão, Mannheim destaca que as gerações mais velhas e as instituições de ensino possuem desafios e papéis importantes em relação às gerações mais jovens, “relacionadas às orientações ou visões de mundo distintas de cada geração” (Cf. WELLER, 2010, p. 213), principalmente, as “gerações intermediárias” por representarem as que mais exercem influência sobre as novas gerações.

Conforme análise de Feixa e Leccardi (2010, p. 198), desde meados dos anos 1960, a teoria das gerações foi posta de lado no pensamento sociológico por ser considerada “conservadora e antiquada”, dando lugar a outras formas de abordagens, como as teorias neomarxistas, que analisam os jovens a

partir do referencial de classe. Entretanto, os mesmos autores enfatizam que nesse início do século XXI observa-se a emergência de uma “geração global”.⁴

Destacando uma possível atualidade do tema, Begston e Achenbaum, defendem que

[...] a emergência de sociedades – como a que se destaca atualmente nos países ocidentais onde várias gerações adultas estão presentes na cena social – suscita uma série de novos e prementes problemas, especialmente em relação a redistribuição justa da riqueza e, juntamente com isso, a necessidade de definição de um novo contrato social entre gerações mais velhas e mais novas (*apud* FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 199).

Ainda sobre os resultados dos estudos teóricos, no segundo caminho, a concepção de juventude é formada a partir de outras dimensões da vida em sociedade, o que inclui ênfase nas diferentes situações de classes, “que definirá suas possibilidades de percursos e experiências, dos quais resultarão suas formas de ser e estar no mundo” (SILVA; LOPES, 2009, p. 92).

Tomando como base essa nova perspectiva, outras abordagens ganharam espaço a partir da década de 1950, sendo que os estudos sobre a temática dão ênfase ao processo de socialização do jovem, aos papéis que deve assumir socialmente e os possíveis desvios no processo de integração social. Abramo (2007, p. 80) esclarece:

Como a juventude é pensada como processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 2007, p. 80. *Grifo da autora*)

Conforme Abramo (2007, p. 80-81), nos anos 1950 foi resgatada a noção desenvolvida pela sociologia do final do século XIX, que concebia a adolescência “como uma fase da vida turbulenta e difícil, inerentemente perturbadora”. Por trás dessa noção, escondia-se o objetivo de consolidar os discursos que interpretavam os atos dos jovens como antagonísticos à sociedade adulta, como delinquência juvenil, como problema social e que, portanto, demandavam cuidados, controle e medidas educativas para uma “integração normal e sadia à sociedade”. Nos anos 1960 e parte dos anos 1970, como destaca a autora, a problematização da sociedade era vista como uma questão geracional “ameaçando a ordem social nos planos político, cultural e moral” (ABRAMO, 2007, p. 81) pela atitude crítica dos jovens que, por meio dos movimentos estudantis e pacifistas, pelas proposições da contracultura, do movimento *hippie*, colocavam-se contrários à ordem estabelecida e a todas as formas de dominação, fazendo oposição aos regimes autoritários e buscando promover transformações profundas na sociedade.

⁴ Em 2008 Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim “propuseram a noção de ‘geração global’ como antídoto para o ‘nacionalismo metodológico’. Para os autores, a clássica noção de geração fechada em termos nacionais tornou-se obsoleta e precisa ser substituída por uma nova visão pautada num ‘cosmopolitismo metodológico’ (uma visão universal de fatores que afetam as gerações). Este último aspecto deve ser focado a partir das condições simultâneas e interrelacionadas das influências do desenvolvimento nacional e internacional, tanto local como globalmente” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 199. Grifo dos autores).

Muitas controvérsias surgiram nesse contexto porque, embora a juventude tenha aparecido como possibilidade para promover transformações, a sociedade temia que ocorresse a reversão do sistema social e político, com a efetiva “revolução”, ou que – não conseguindo mudar a ordem estabelecida e com a rejeição permanente ao sistema – os jovens jamais se adaptassem e integrassem ao funcionamento da sociedade. Além disso, outra parte da sociedade, representada pelas instituições que se opunham ao sistema, como os partidos de esquerda e sindicatos, interpretava as manifestações dos jovens como “pequeno-burguesas inconsequentes” e temia que “as ações juvenis atrapalhassem a possibilidade efetiva de transformação” (ABRAMO, 2007, p. 82). Assim, o olhar sobre a juventude foi marcado por preconceito, sob ambas as perspectivas.

Outro aspecto destacado por Abramo (2008, p. 38): até os anos de 1960, a ideia de juventude que aparecia no contexto nacional estava circunscrita a jovens escolarizados, pertencentes à classe média, o que, para ela, contribuía para restringir o significado da condição juvenil. A autora entende que até aquele momento o debate se dirigia basicamente para o papel que os jovens deveriam desempenhar: mantenedores ou transformadores do contexto sociocultural e político que herdavam.

Por sua vez, a produção acadêmica sobre a concepção de juventude na década de 1960, “mostrase conectada à militância estudantil e os jovens reconhecidos, questionados e/ou legitimados como um segmento de forte participação” (BORELLI, 2010, p. 295), endossando a concepção de uma juventude “criativa e ativa” e politicamente organizada por meio dos movimentos estudantis:

Os jovens emergiram, nesta década, hegemonicamente referendados e inseridos na reflexão do campo acadêmico, como sujeitos ativos contestadores das condições políticas, sociais, econômicas e culturais e foram concebidos como potenciais agentes políticos, em um processo de intervenção e transformação de uma sociedade em crise. Em um cenário anômico, seriam suscetíveis às contradições inerentes às mudanças, assim como os mais atingidos pelas incertezas, que tornaram também vulneráveis as instituições encarregadas de sua socialização, entre elas, a família e a universidade (BORELLI, 2010, p. 296).

Assim, a atuação política dos jovens estava associada aos movimentos estudantis e ao campo da cultura (Jovem Guarda, Tropicalismo, Cinema Novo, festivais de músicas etc.) que promoviam modificações no comportamento dos jovens, criavam oportunidade para que eles revisassem o sentido do corpo e da sexualidade, elevassem a crítica à ostentação capitalista, buscassem novas formas de vestir (mais livre e menos opressora) e reforçavam a necessidade de emancipação da mulher (BORELLI, 2010, p. 309). Essa década foi marcante para a irrupção da participação juvenil nas lutas políticas no Brasil.

Nos anos 1970, as pesquisas acadêmicas desenvolvidas no país sobre a noção de juventude, apontaram para um novo redirecionamento. Conforme análise de Martins, as características do período se sobressaem pela

[...] percepção de que a juventude estaria vivendo a apatia e a alienação; e que depois de anos de efervescência política participativa tenha se instalado certo vazio político e cultural, a carência de participação, os obstáculos para a proposição de projetos de intervenção, as dificuldades em projetar o futuro, marcos imprescindíveis na cadeia de acontecimentos da década anterior (*apud* BORELLI, 2010, p. 297).

Durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil, lembra Abramo (2007, p. 82), os jovens foram perseguidos e violentamente reprimidos, tanto pelo comportamento, quanto pelas ideias e ações políticas. Somente na década de 1980 “a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social” (ABRAMO, 2007, p. 82-83). Essa imagem reelaborada será referência de juventude e contraposta ao constructo dos anos 1980, quando ela foi considerada incapaz de promover mudanças por negar seu papel social, ser “individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (ABRAMO, 2007, p. 83).

As décadas de 1960/1970 abrigam, em sua particularidade as mobilizações políticas, de resistência ao regime autoritário, mas, também, profundas alterações no comportamento dos jovens, sob a influência de diversos movimentos culturais (como a black music, funk, soul music), dos hippies, dos excessos de moda, da ampliação do uso de drogas como a cocaína, considerada cara e chique. Essas alterações podem ser vistas como “uma forma de disputa simbólica para os jovens que não aderiram à luta armada ou ao movimento estudantil” (BORELLI, 2010, p. 310).

Ainda em meados da década de 1970, as análises passaram a incluir crianças e adolescentes em situação de risco, “que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos destes segmentos” (ABRAMO, 2008, p. 38). A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), neste contexto, representou um dos elementos para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A emergência desse quadro polarizou o debate acerca da juventude “fazendo com que esse termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância” (ABRAMO, 2008, p. 38), o que contribuiu para que os jovens, propriamente ditos, ficassem à margem das ações e debates relacionados a direitos e cidadania.

Analisando a produção acadêmica da década de 1980, Borelli (2010) enfatiza que houve uma intensa preocupação dos pesquisadores em buscar as razões da ausência da participação dos jovens, chegando à seguinte conclusão:

Os movimentos contraculturais e o Estado autoritário apareceram como responsáveis pelo afastamento dos jovens da política e pela fragmentação da juventude em agrupamentos juvenis: grupos, bandos, tribos, culturas e subculturas, coletivos. A produção acadêmica revela um deslocamento dos jovens dos espaços mais institucionalizados de ações políticas, para formas de subjetivações e aderência às micropolíticas do cotidiano (BORELLI, 2010, p. 297).

Nesse sentido, do conjunto de trabalhos analisados, Borelli (2010, p. 297-298) destaca que, para os pesquisadores, a ausência dos jovens na política encerra os seguintes aspectos: rejeição “às formas tradicionais de representação e de participação política”; uma ação consciente e politizada, como “crítica social e não como manifestação de alienação juvenil” e a mudança do tipo de ação política, voltada para tomada de decisões de situações mais próximas de suas vidas cotidianas como forma nova de expressar

o exercício político; a necessidade de “repensar os sentidos atribuídos às práticas e participações políticas”, para levar em consideração as “novas articulações da política e da cultura, o político e o cultural”; que a forma de estar no mundo e atuar nele dos jovens combinam diversão, afirmação de identidade e formas de expressão.

Borelli (2010) identificou em sua pesquisa que, apesar do retraimento dos movimentos estudantis nos anos 1980, durante o processo de abertura democrática os jovens foram às ruas em passeatas a favor do voto direto para presidente e atuaram com participações nas “micropolíticas do cotidiano”. Para ela, “emergiu uma ação juvenil que se deslocou do ambiente universitário para a experiência cotidiana, agora transformada em instância de ação política e de transformação social” (BORELLI, 2010, p. 310). A autora destaca que foi um momento de “explosão das identidades juvenis globalizadas”, ancoradas em dimensões estéticas, em especial, em “música, roupas e acessórios, produção dos corpos e cores” (BORELLI, 2010, p. 310). Nesse contexto, afirma:

Surgiram os primeiros adeptos do movimento dark, derivado do pós-punk e dos góticos; os skinheads, musculosos e carecas, vinham dos subúrbios e exibiam sua violência quando agrupados, ocupando as páginas dos jornais com sua agressividade e preconceito. Os jovens das periferias protestavam por meio de suas músicas: o movimento punk consolidou-se nas grandes cidades brasileiras composto, em sua maioria, por jovens das periferias que se sentiram atraídos pela agressividade dos sons, imagens, idéias e visual de rua dos grupos punks da Inglaterra; o rap fixou-se no início em São Paulo com o Movimento Hip Hop Organizado. Nas grandes metrópoles emergiu com força a cultura de rua protagonizada por jovens grafiteiros e pichadores (Oliveira, 2007). A contaminação por HIV trouxe o temor da contaminação e a força política da liberação sexual sofreu uma drástica retração; a preocupação com o corpo incorporou as atividades nas academias de ginástica e a moda voltada para esse segmento. O uso da cocaína ampliou-se e acentuou-se entre os jovens nas festas e danceterias, em especial entre aqueles com autonomia financeira (BORELLI, 2010, p. 310-311).

Seguindo esse raciocínio, para Borelli (2010, p. 311-312) o “movimento caras-pintadas” dos anos 1990 tinha forte expressão estética, ao mesmo tempo em que protestava contra a corrupção no governo, marcando uma participação política. Na mesma década, a música de protesto dos jovens da periferia, como o rap, o funk e a black music, ganhou espaço. Ela destaca que, no período, também ganharam força os *clubbers* de música eletrônica e o uso de adereços, como piercings e tatuagens; o uso de drogas se acentuou entre os jovens das diversas camadas sociais, assim como o uso das drogas sintéticas (o ecstasy) nas raves e do crack, em especial entre os jovens das periferias. Borelli adverte que, por outro lado, foi também neste contexto que muitos jovens condenaram o uso de drogas e passaram a fazer a crítica ao capitalismo. Alguns adotaram o vegetarianismo como contestação a esse sistema, especialmente o industrial, e à exploração dos animais.

Abramo (2007, p. 83) adverte que, apesar das inúmeras manifestações nos espaços públicos ocorridas nos anos 1990, em ações individuais e coletivas, os jovens continuam sendo vistos como problema; ou seja, a juventude se apresenta como um risco para a ordem social, com traços de

individualismo, violência, desregramento e desvio (as gangues, os arrastões, o uso de drogas etc.) e como portadora de ações inconsequentes, como

[...] encarnação das impossibilidades de construção de parâmetros éticos, de parâmetros de equidade, de superação das injustiças, de formulação de ideais, de diálogo democrático, de revigoração das instituições políticas, de construção de projetos que transcendam o mero pragmatismo, de transformação utópica. Ou seja, como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado. E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semiinvisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação (ABRAMO, 2007, p. 84).

Seguindo essa linha de raciocínio, Abramo (2007, p. 73-74) destaca que, nessa década, havia um crescente interesse da sociedade pelos jovens. Os meios de comunicação, a academia, atores políticos, instituições governamentais e não governamentais envolvidas com serviços sociais passaram a dar maior atenção a eles. Nos meios de comunicação a tematização sobre juventude dizia respeito a dois aspectos: um dizia respeito a comportamento e cultura, à promoção de estilos de vida, à estética corporal, moda, música, esporte e lazer; o outro destacava os desvios de comportamento e os problemas sociais, como violência, uso de drogas, exploração sexual, ou fomentava a discussão de medidas para reduzir ou combater esses problemas. Tais abordagens deixam claro, mais uma vez, a divisão de classes, pois, ainda que a mensagem se destine a um mesmo público – juvenil – ela se dá em duas vertentes: uma dirigida aos incluídos nos processos de consumo, outra àqueles que estão à margem desses processos.

Também no espaço da academia, os jovens voltaram a ser objeto de investigação, especialmente nos cursos de pós-graduação; entretanto, os estudos privilegiavam as instituições escolares, a família, os sistemas jurídicos e penais e, ainda, as estruturas sociais que se identificavam com situações problemáticas para os jovens. Corroborando essa perspectiva, Borelli (2010, p. 299) aponta que, na década de 1990, o interesse da produção acadêmica, especialmente dos estudos etnográficos com “coletivos juvenis”, centra-se na “preocupação com a resistência juvenil e a valorização das micropolíticas, neste cotidiano multifacetado, contribuindo para a emergência de uma concepção de juventudes no plural”, problematizando as questões relacionadas à inserção do jovem no mundo do trabalho, delimitando os espaços ocupados por eles “na cultura e na sociedade e suas formas de participação política e cultural”. Segundo a autora, questões importantes foram levantadas nos trabalhos de Marília Sposito, que tiveram como objetivo analisar

[...] as interfaces entre jovens e educação e relacioná-las à inclusão e exclusão, violência e controle no ambiente escolar e, ainda, às saídas possíveis que demandam do Estado uma nova postura em relação às políticas públicas para juventude e a serviços públicos dirigidos à transformação de inadequados modelos educacionais (BORELLI, 2010, p. 300).

Nesse sentido, ganha relevância discutir a questão das políticas públicas especificamente destinadas à juventude no período. Para Abramo (2007, p. 74-75), o Brasil nunca teve uma tradição de

políticas públicas para os jovens, diferentemente de outros lugares, como EUA e alguns países da Europa, que, ao longo do século XX, desenvolveram projetos neste sentido, como também países da América Latina que, a partir de 1980, promoveram mudanças e desenvolveram ações visando realizar diagnósticos e discussões de políticas públicas voltadas para eles.

O Brasil, lentamente, somente nos anos de 1990, passou a se preocupar com políticas governamentais para essa faixa etária. Segundo Abramo, enquanto o poder público estava inerte, projetos e programas destinados a esse público eram desenvolvidos por instituições privadas, porém, com limitada atuação, uma vez que eram destinados aos jovens em situação de “risco” e de “desvantagem social”. Por outro lado, alerta Abramo (2007, p. 83), na década de 1990 assiste-se à falência das instituições de socialização e uma profunda cisão entre integrados e excluídos, principalmente, porque não existia fiscalização da atuação e do desempenho dessas instituições (a exemplo das Organizações Não Governamentais). Tornaram-se mais visíveis as precárias condições sociais e econômicas dos jovens que pertenciam às classes econômica e socialmente desfavorecidas, com relação à educação, ao trabalho, aos direitos e ao acesso a bens sociais.

Abramo (2007, p. 77-78) aponta para o fato de que nas abordagens sobre os jovens do final da década de 1990, tanto por parte de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais entre outras formas de organização, como nos estudos acadêmicos e nas ações do governo, havia

[...] uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Além desse olhar enviesado, outra questão observada por Abramo (2007, p. 76) é que no Brasil havia uma preocupação com ausência dos jovens na política, nos espaços e canais de participação política, como resultado “da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os ‘pré-políticos’ ou quase que inevitavelmente ‘a-políticos’”.

Explica a autora:

Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos. A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens (ABRAMO, 2007, p. 76).

Entretanto, Abramo entende que a preocupação desses grupos políticos não impulsionava à formulação e concretização de ações dirigidas aos jovens, o que ficou configurado na “manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens

nos processos de construção e consolidação da democracia” (ABRAMO, 2007, p. 77). Fica marcada, mais uma vez, a ausência de desenvolvimento de projetos/ações/políticas voltadas para a juventude.

Nos anos 2000, as pesquisas apontaram que o fenômeno do *hip hop* no Brasil, com forte caráter contestatório. De acordo com Borelli (2010), esse fenômeno

[...] aparece aliado, entre outras alternativas, à questão educacional, às identidades, ao desemprego, à emergência de uma nova ordem social e política, ao protesto político, as subjetividades, às inserções/exclusões sociais e às novas formas de ação política, mescladas às ações culturais (BORELLI, 2010, p. 300).

Nessa década, os jovens revelaram seu protagonismo ao desenvolverem projetos “estético-culturais e ações coletivas inseridas em micropolíticas cotidianas”. As pesquisas sobre essa atuação indicaram “que o fazer cultural e político encontravam-se articulados” como formas de apropriação dos espaços públicos, o que, para os pesquisadores, revelava o caráter difuso e a pequena abrangência da participação política dos jovens, mescladas de ações culturais, nas novas redes sociais que surgiam (BORELLI, 2010, p. 301). Por outro lado, outros aspectos também emergiram dos estudos sobre a juventude nos anos 2000: as tecnologias de comunicação e informação e as novas sociabilidades a partir da mediação das redes virtuais; as práticas de consumo, desejos e subjetividades; violência e criminalidade vinculadas à condição juvenil e às políticas públicas (BORELLI, 2010, p. 301-302).

No entanto, Borelli defende que nos anos 2000 “a tecnologia passou a pautar a vida juvenil com forte ênfase na sociabilidade, mas ampliou-se também o uso político da tecnologia: o emergente ciberativismo passou a organizar algumas ações juvenis” (BORELLI, 2010, p. 312). É nesse contexto que ocorre uma maior visibilidade da cultura protagonizada pelos jovens das periferias urbanas, “como formas de participação e intervenção sociais que envolvem pequenos estúdios, rádios comunitárias, produção de fanzines, vídeos e saraus literários” (BORELLI, 2010, p. 313), além dos encontros do Fórum Social Mundial que despertaram a atenção e mobilizaram milhares de jovens a pensarem as questões sociais presentes.

Acompanhando a linha de raciocínio de Martino (2014), com a larga utilização das mídias digitais, houve um câmbio na relação entre as instâncias políticas e a sociedade, sejam essas instâncias à política mais tradicional – campanhas eleitorais, acompanhamento de ações governamentais – ou nas reivindicações de grupos e classes que antes não teriam visibilidade e que podem manifestar opiniões sobre os mais diversos temas, “procurando não só o engajamento, mas também a visibilidade. Isso significa aparecer em público e dar mais espaço para uma causa, reivindicação ou problema” (MARTINO, 2014, p. 86), promovendo novas formas de engajamento político.

Sem adentrar nas discussões de acesso e condições de produção e/ou uso das informações disponíveis nas mídias digitais, entendemos que essas mídias representam ferramentas poderosas e novo instrumento para o ativismo político, especialmente dos jovens que já nasceram em um mundo digital.

As reflexões até aqui apresentadas nos levam a entender a juventude como uma etapa da vida marcada por antagonismos e diferenças (de classe, étnicas, de interesses e comportamento) e

semelhanças (faixa etária, marcas corporais como tatuagens e piercings, interesse por redes sociais e mídias digitais em geral) e concordar com Dayrell (2007) que é imperioso falar em “condição juvenil” e não em juventude puramente. Mas outro aspecto central nesta discussão é pensar juventudes localizadas em contextos específicos, como veremos a seguir.

JUVENTUDES, CONTEXTOS HISTÓRICO-CULTURAIS E IDENTIDADES

É possível afirmar que nas sociedades industrializadas de economia capitalista e no atual mundo globalizado, a tendência é haver um barramento da fronteira entre a condição juvenil e adulta, cujos marcadores serão cada vez mais tênues, relacionando-se à entrada do adolescente/jovem no mundo da produção e na assunção de novas responsabilidades, tais como a conclusão da vida escolar e a constituição da capacidade reprodutiva, o que não significa que esse caminho ocorra de maneira idêntica e linear para todos.

Há ainda outra diferença que consideramos marcante para se pensar a fase da adolescência/juventude: nas classes economicamente elevadas, esse período pode se estender em razão do prolongamento da vida escolar dos membros desse grupo, o que retardaria sua entrada no mundo do trabalho. Contrariamente, nos grupos menos privilegiados, a vivência escolar normalmente é menor e a inserção na vida produtiva e a formação de novos grupamentos familiares ocorrem mais cedo. Apesar das distinções entre classes, o alargamento da condição adolescente/juvenil também pode ocorrer nos diversos grupamentos sociais em função da diminuição da infância, uma vez que esses ciclos da vida têm despontado cada vez mais precocemente, motivada, especialmente, pelo aumento da informação e pelo amadurecimento cada vez mais rápido das crianças. Aliado a essas mudanças, é importante considerar, ainda, as diversidades regionais e as variantes étnico-culturais, entendendo que as experiências são plurais, seja em âmbito individual, seja social.

Considerando essas diferenças, Kahhale (2003, p. 93) interroga se, necessariamente, todos passam pela adolescência/juventude, defendendo que tal fenômeno ocorre prioritariamente nas classes economicamente favorecidas, nas quais os demais se espelham. A autora argumenta que esse modelo é ideologizado pelos meios de comunicação ao veicularem uma ideia hegemônica de adolescência/juventude. De fato, concordamos ser difícil aplicar tal conceito de maneira generalizada, especialmente em um contexto em que crianças e jovens estão expostos a situações de desigualdades econômicas e sociais gritantes.

Em contraste com as distinções e apesar de sua existência real, ao longo da História foram sendo elaborados atributos que caracterizam a condição juvenil, o que levou Carrano (2008) a – apoiando-se nas ideias do sociólogo português José Machado Pais – alertar que é preciso superar “os modelos prescritivos com os quais os jovens não mais se identificam”, assinalando “a importância de realizarmos um esforço para o desvendamento das sensibilidades performativas das culturas juvenis” (CARRANO, 2008, p. 185-186. Grifo do autor). De acordo com esse autor, as performances expressas nessas culturas

constituem formas lúdicas de socialização e relacionamento que, muitas vezes, não fazem “sentido para ‘os de fora’ mas que dão a liga da experiência comunitária de vivência da juventude nesse nosso tempo histórico” (CARRANO, 2008, p. 186-187. Grifo do autor). Segundo nossa opinião, tal afirmativa não significa ver as culturas juvenis dissociadas de outros modelos culturais, o que implicaria no risco de rotulá-las e, novamente, cair em uma postura homogeneizadora acerca da juventude e do jovem, desconsiderando sua inserção nas estruturas produtivas e a divisão social delas advindas.

Carrano considera que, nos trabalhos em que adolescentes e jovens são sujeitos, incluindo as pesquisas educacionais, é preciso atentar também para os grupos de identidade⁵ nos quais eles se integram e dos quais fazem parte, uma vez que tal atitude representa uma “condição para o entendimento do sentido do agir dos alunos” (CARRANO, 2000, p. 185). O autor lembra, ainda, que é preciso “cuidar para desmontar as pré-noções e representações dominantes sobre aquilo que julgamos sobre o jovem e a juventude”, pois a tendência é que se estabeleça, acerca desse momento da vida, um olhar permeado por estereótipos, que vê os jovens de forma ambígua, ora como consumistas, alienados e hedonistas, ora como “rebeldes sem causa”, ou, ainda, como aqueles que romperão com as teias da estrutura social – mesmo que somente em parte –, pensamento marcado pelas representações acerca do movimento juvenil de contracultura da década de 1960.

Seguindo essa perspectiva, Sposito (1996, p. 99) concorda que noções preconcebidas acerca dos jovens alunos são criadoras de estereótipos e podem levar a duas situações igualmente conflitantes: de um lado – por estar intimamente relacionadas a formas de preconceito –, criam dificuldades para os que se ocupam do trabalho educativo; de outro lado,

[...] o estereótipo não permite que interroguemos o sujeito – neste caso o aluno jovem – ao qual atribuímos determinadas características a priori e negamos o direito de fala, isto é, nos negamos a escutar o que ele teria a nos dizer sobre si mesmo. Mais ainda, a heteronomia anula qualquer processo de autonomia, pois acabamos por considerar que o jovem é incapaz de produzir orientações a partir de si mesmo, e que as definições que lhe são imputadas exteriormente são as suas próprias definições (SPOSITO, 1996, p. 99).

Para a autora, em alguns casos, o processo de heteronomia é tão intenso que os significados atribuídos são internalizados pelos jovens a tal ponto que terminam por se configurar em marcas indelévels em seus processos de autorreconhecimento, podendo levar à formação de estigmas que conformam ou deformam suas identidades. Dessa maneira, torna-se necessário superar as concepções apriorísticas acerca de uma geração ou da condição juvenil, o que contribuirá para desmistificar certas correntes, possibilitando que os adolescentes/jovens não sejam apresentados

[...] nem como autores da dissolução do tecido social e da esfera política, nem como atores privilegiados de sua reconstrução e reorientação, mas sim como sujeitos fundamentais, com toda a complexidade de suas dificuldades e potencialidades, nos

⁵ A partir das proposições de Carrano (2008, p. 190-191), podemos entender grupos de identidade como aqueles em que comunidades (pequenas ou não) se apropriam de um espaço físico e/ou simbólico e os sujeitos que elas integram engendram comportamentos, práticas e ideias comuns ao grupo, cuja visibilidade pode ser expressa por meio da linguagem oral, escrita, imagética, corporal, artística etc.

processos de conformação e transformação de suas vidas e da sociedade, junto (em paralelo, na confluência ou em conflito) com outros segmentos e atores sociais (ABRAMO; BRANCO, 2008, p. 22).

Nesse sentido, Abramo e Branco lembram que se, inicialmente, as análises sobre o tema juventude chamavam a atenção para o fato de que o termo poderia ocultar uma situação de classe, “hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de juventudes, no plural, e não no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição” (ABRAMO; BRANCO, 2008 p. 43-44). Diferenças étnicas, de gênero, de orientação sexual e religiosa, de pertencimento às mais diversas “tribos”, entre outras, também precisam ser consideradas, sob pena de se manterem ideias maniqueístas sobre a juventude e desconsiderar os conflitos e as convergências entre a chamada vida adulta e a infanto-juvenil.

É importante destacar que tanto a formação como as definições de infância, adolescência e juventude, maior ou menor idade, ou seja, a passagem de um ciclo etário a outro, assim como a entrada no mundo adulto e a assunção de responsabilidades perante a sociedade, variavam e variam não somente em função do período histórico, da região e da cultura. Conforme dito, essas variações são fortemente marcadas por questões subjetivas e, também, de classe e gênero e, conseqüentemente, pelos papéis socialmente atribuídos aos membros dos grupos.

Assim, entendemos que as fases da vida não podem ser pensadas fora de um contexto histórico e cultural, pois cada sociedade institui seus próprios códigos e marcas – em grande parte corporais – que identificam essas fases, desconsiderando, por vezes, outras tantas. Por isso, é preciso levar em conta as diferenças, uma vez que os marcadores não são comuns a todas as culturas nem únicos em seu interior. Mesmo as características fisiológicas – tão presentes em quase todas as culturas – sofrem variações de significados para distintos grupos, interferindo, assim, nas formas e momentos de introdução na vida adulta, tanto para meninos, quanto para meninas (KAHHALE, 2003, p. 92).

Em função das heranças culturais e históricas, notadamente do predomínio religioso, das tradições seculares e dos discursos científicos, segundo Arroyo (2004, p. 270), até os dias atuais os olhares sobre os tempos da vida misturam critérios pertencentes a essas esferas. Para nós, entre os legados histórico-culturais, encontram-se também aspectos jurídicos, estabelecidos em forma de leis que regulam, proíbem ou limitam determinadas ações dos indivíduos.

Por fim, reforçamos que entendemos a adolescência/juventude como fase singular, sujeita a fatores culturais, espaciais e temporais, portadora de historicidade que imprimiu e continuará a imprimir modificações nas formas de compreendê-la e aceitá-la. Assim, pensar nessas categorias e nos sujeitos que as compõem não pode se dar em bloco, como se integrassem um todo indistinto e desprovido de características peculiares. Por isso, concordamos que abordar adolescências/juventudes no plural é mais adequado por se tratar de fenômeno construído em bases sociais, econômicas, culturais, psicológicas e emocionais complexas.

JUVENTUDES E ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS

Diante das reflexões feitas até aqui, afirmamos a necessidade de pluralizar e complexificar este conceito nas pesquisas do campo do Ensino de História. Pensar juventudes escolarizadas ou não, e sua aprendizagem histórica, implica localizá-las no tempo e espaço, pensar na cultura histórica em que estão imersas e quanto essas multiplicidades implicam processos diferenciados de desenvolvimento do pensamento histórico.

Nossas pesquisas tiveram como objetivos primordiais analisar como jovens escolarizados aprendem História e como utilizam esse aprendizado na sua vida prática.

A pesquisa de Aguiar (2013), investigou a aprendizagem histórica de alunos do ensino médio de uma escola da rede pública e outra da rede privada, utilizando o arcabouço conceitual da Educação Histórica e da Didática da História, pautada nos pressupostos de Jörn Rüsen e, ainda, uma discussão teórico-conceitual acerca da consciência histórica, em conformidade com o pensamento deste teórico alemão. No que tange à relação de aproximação e distanciamento com o ensino e a aprendizagem históricos, as respostas dos sujeitos participantes da pesquisa possibilitaram à autora estabelecer algumas categorias: a) **relação de positividade**: indica que os alunos atribuem importância à disciplina história; b) **negativa absolutizada**: nega além absolutamente a relação temporal, não contextualizando tempos diferentes nem suas singularidades; c) **conhecimento circundante**: o valor atribuído ao conhecimento circunda a si mesmo, esgota-se em si, não sendo relacionado com a vida ou situações extraescolares, e assim, consubstanciar-se em uma dialética entre sentido e saber; d) **vazio epistemológico**: ausência, nas falas, de argumentos históricos para a compreensão de mundo ou tomada de decisões, não se constituindo, portanto, como mecanismos de desenvolvimento da consciência histórica, que, dessa forma, fica impedida ou limitada como fator de orientação na vida prática.

Um dos principais achados da pesquisa foi a identificação de um hiato entre a atribuição de valor dada pelos alunos à disciplina e, ao mesmo tempo, o fato de não conseguirem estabelecer sentidos entre ela e a vida, o que conduz à necessidade de professores atentarem para a intervenção que operam na consciência histórica, uma vez que as marcas dessa intervenção podem se constituir em aprimoramento ou embotamento dessa consciência.

Por outro lado, Aquino (2017), dialogando diretamente com a Educação Histórica, investigou como os conceitos substantivos ditadura civil-militar e democracia são apropriados por jovens do Ensino Médio e como são utilizados na vida prática. Essa investigação oportunizou uma reflexão sobre o uso do conhecimento histórico na orientação dos alunos para tomada de decisões de natureza política, especialmente no que tange à maneira como projetam suas intenções de agir com relação à democracia no Brasil. Como resultados, a pesquisa aponta que os jovens alunos possuem uma concepção tradicional de política e de participação política; revela, ainda, indiferença e desconhecimento por parte deles sobre o tema e pouco interesse em política, além de dificuldade de compreensão dos acontecimentos políticos atuais do país.

Outro aspecto evidenciado pela investigação foi a tendência desses sujeitos verem a produção do conhecimento sobre o passado como estanque e não como passível de interpretação. Também ficou demonstrado o pouco conteúdo histórico sobre a História do Brasil nos períodos referenciados na pesquisa, além de dificuldade de interpretação das fontes e ausência de relação temporal. Contudo, a conclusão mais preocupante encontrada foi a de que os alunos não usam o conhecimento histórico na busca de sentido para orientação em relação ao futuro da democracia do país. A pesquisa de Aquino reforça, ainda, uma constatação cara a nós professores de História: a dificuldade demonstrada pelo aluno de interpretação, compreensão e expressão por meio da produção de narrativas textuais.

Essas pesquisas utilizaram, além dos dados obtidos com o questionário aplicado junto aos alunos, de um levantamento do perfil sociocultural dos jovens investigados, por entender, como foi discutido anteriormente neste texto, que diferentes maneiras de vivenciar a condição juvenil, implicam formas específicas de aproximação com o conhecimento histórico. Ou seja, a categoria juventude, compreendida de forma complexa e plural, foi fundamental na análise da aprendizagem histórica de jovens escolarizados do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. Wendel; BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37-72.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO; MEC; ANPEd, 2007. p. 9-22.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

AGUIAR, E. P. *O ensinando, o aprendido: a educação histórica e a consciência histórica*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14561>. Acessado em: 14 jun. 2022.

AQUINO, M. A. dos S. *Conhecimento histórico e decisões políticas de alunos do ensino médio de Vitória da Conquista-Bahia*. 2017. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/08/DISSERTACAO-MARIA-ALESSANDRA-TEXTO-DEFINITIVO-VERSAO-FINAL-min.pdf>. . Acessado em: 14 jun. 2022.

ARROYO, M. G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORELLI, S. H. S. et al. Jovens urbanos, ações estético-culturais e novas práticas política: estado da arte (1960-2000). In: ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. (org.). *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)*. Rosario: Homo Sapiens, 2010. (Serie de Estudios Latinoamericanos)

CARRANO, P. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA, A. F. CANDAU, V. M. (org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 182-211.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 185-204, maio-ago 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/416>. Acessado em: 16 jun. 2022.

KAHHALE, E. M. S. P. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, S. (org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia socio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 91-101.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais*. linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

OZELLA, S. (org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul-dez 2009. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>. Acessado em: 17 jun. 2022.

SPOSITO, M. P. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996, p. 96-123.

WELLER, W. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 205-224, maio-ago 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/416>. Acessado em: 16 jun. 2022.

Data de submissão: 07/07/2022

Data de aprovação: 26/09/2022

Copyright (c) 2022 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).